

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECLAMAÇÃO Nº 37.628 - MG (2019/0074886-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECLAMANTE** : **DIEGO BERNARDO CEZAR**  
**ADVOGADOS** : **AMANDA MELO DE ALMEIDA E SILVA - MG154661**  
                  **ANDRE ALMEIDA NELVAM - MG144360**  
                  **EDUARDO GANGANA DE VASCONCELOS - MG159910**  
**RECLAMADO** : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE**  
                  **MINAS GERAIS**  
**INTERES.** : **TIM CELULAR S.A**  
**ADVOGADOS** : **LIVIA MARCIAL DE ALMEIDA MABUB - MG114856**  
                  **LUIZA CAETANO PORFIRIO DOS SANTOS - MG155850**  
                  **LEIDIANE GOMES RESENDE - MG147276**

## **DECISÃO**

Trata-se de Reclamação formulada por DIEGO BERNARDO CEZAR, com pedido de concessão de medida liminar, contra acórdão proferido pela TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE, que deu parcial provimento ao Recurso Inominado pela empresa de telefonia, para reduzir o valor da multa cominatória.

Inconformado, sustenta o reclamante, em síntese, ser indevida a redução da penalidade arbitrada, diante do descaso do devedor no cumprimento de determinação judicial, bem como por ser medida contrária à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A pretensão autoral não merece ser conhecida.

Com efeito, a Reclamação prevista no art. 105, I, f, da Constituição da República, bem como no art. 988 do CPC/2015 e art. 187 do RISTJ, constitui ação constitucional destinada a garantir a autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça ou à preservação de sua competência. Ou seja, destina-se a tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recursal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DECISÃO PROFERIDA POR ESTA CORTE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA NÃO CARACTERIZADA.

1. A reclamação é instrumento processual de caráter específico e de aplicação restrita. Nos termos do art. 105, I, "f", da Constituição da República, presta-se para preservar a competência e garantir a autoridade das decisões dos Tribunais.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Na hipótese dos autos, não houve desrespeito a qualquer decisão do Superior Tribunal de Justiça, até porque não houve julgamento do recurso especial a que se vincula a presente reclamação. Enquanto não inaugurada a jurisdição deste Tribunal Superior e inexistente decisão relacionada à lide - cuja eficácia necessita de garantia - é inviável a Reclamação.

Reclamação improcedente" (STJ, Rcl 7.043/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 20/04/2012).

Como se não bastasse, a Resolução 12, de 14 de dezembro de 2009 – que disciplinava o instituto da Reclamação como instrumento processual vocacionado para dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a orientação jurisprudencial consolidada por esta Corte – foi revogada pela Resolução 03, de 07 de abril de 2016, a qual, disciplinando a mesma matéria, passando a atribuir às Câmaras Reunidas ou às Seções Especializadas dos respectivos Tribunais de Justiça a competência para a execução de tal mister:

"Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes."

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS. RESOLUÇÃO N. 12/2009-STJ. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. PREJUDICADO. POSTERIOR ADVENTO DA EMENDA REGIMENTAL 22/2016-STJ REVOGANDO A RESOLUÇÃO N. 12/2009-STJ. DELIBERAÇÃO DE EDIÇÃO DE NOVA RESOLUÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR DIVERGÊNCIAS ENTRE TURMA REGIONAL ESTADUAL E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO PREJUDICADO. 1. Com o advento da Emenda Regimental nº 22-STJ, de 16/03/2016, ficou revogada a Resolução n. 12/2009-STJ, que dispunha sobre o processamento, no

# *Superior Tribunal de Justiça*

Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte. 2. Com isso, fica prejudicado o incidente de inconstitucionalidade que ataca a Resolução n. 12/2009-STJ. 3. A matéria passará a ser tratada por nova resolução, editada à luz do novo Código de Processo Civil, nos termos debatidos pela Corte Especial. 4. Agravo regimental prejudicado" (STJ, AgRg na Rcl 14.119/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 29/06/2016) .

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - IMPUGNAÇÃO DE ATO ORIUNDO DE JUIZADO ESPECIAL - RESOLUÇÃO Nº 03/2016 - COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS REUNIDAS OU ÀS SEÇÕES ESPECIALIZADAS DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DA RECLAMAÇÃO E DETERMINOU A REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. INSURGÊNCIA DO AUTOR. 1. A Resolução n.º 12, de 14 de dezembro de 2009, que disciplinava o instituto da reclamação - instrumento processual vocacionado a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a orientação jurisprudencial consolidada por esta Excelsa Corte - foi revogada pela Resolução n.º 03, de 07 de abril de 2016, a qual, disciplinando a mesma matéria, atribuiu às Câmaras Reunidas ou às Seções Especializadas dos respectivos Tribunais de Justiça a competência para a execução de tal mister. Precedentes do STJ: AgRg na Rcl 14119 / SP, Rel. Min. Raul Araújo, DJe de 29/06/2016; AgRg na AR 5619 / PI, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 15/09/2016. 2. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt na Rcl 33.758/RN, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 17/11/2017)

Cabe ressaltar, outrossim, que a decisão do TJMG, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução STJ 3/2016, além de não vincular esta Corte, foi proferida em julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade, em controle incidental, no âmbito do próprio TJMG, ou seja, seus efeitos somente valem entre as partes do referido processo – e naquele caso concreto –, permanecendo a Resolução 3/2016, por consequência, ainda válida e vigente.

No mesmo sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. DECISÃO DE TURMA RECURSAL. RESOLUÇÃO STJ/GP N. 3/2016.

1. O art. 1º da Resolução STJ/GP n. 3 de 7 de abril de 2016 dispõe que é da competência dos tribunais de justiça estaduais o processamento e julgamento das reclamações 'destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes'.

2. A decisão do TJ/MG que declarou a inconstitucionalidade da Resolução n. 3/2016 do STJ não vincula esta Corte Superior, além do que, conforme bem salientado pelo Ministro Moura Ribeiro na decisão que proferiu na Rcl n. 36.419/MG (DJe 21/9/2018), 'a declaração de inconstitucionalidade da Resolução nº 3/2009 do STJ se deu no citado julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 1.000.16.039708-0/001, em controle incidental pelo TJ/MG, de modo que somente vale entre as partes do referido processo e naquele caso concreto, permanecendo hígida, portanto, a sua vigência e observância'.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt na Rcl 37.170/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 07/05/2019).

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço da Reclamação e julgo extinto o feito, sem resolução do mérito.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora